

Brasília não terá pólos industriais

Helival Rios
da equipe do Jornal de Brasília

Quando o crescimento de Brasília extrapolou as previsões, todos começaram a questionar qual seria a real vocação da cidade-capital. Deveria continuar apenas como centro das decisões nacionais (cidade administrativa e arcar com a falta de indústrias, ou deveria engajar-se na era industrial, produzindo o que consome para dar ao brasiliense um custo de vida mais suportável? Começaram as especulações que antecederam sempre a corrida dos grandes grupos em busca de um bom negócio: produzir em Brasília o que 750 mil brasilienses precisam. Falou-se em pólos industriais, surgiram polêmicas. Agora, técnicos do governo responsáveis pelo Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, colocam um ponto final na questão: não haverá pólos industriais em Brasília. As soluções para o Distrito Federal virão de fora, das áreas de onde partem, normalmente, as levadas de emigrantes que complicam, por falta de especialização, as condições econômico-sociais da capital federal.

Está fora de qualquer cogitação a criação de pólos industriais na área do Distrito Federal, como forma de aproveitamento da abundância de mão-de-obra ocasionada na região. A explicação é de técnicos do governo, principais responsáveis pela elaboração do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, um programa eminentemente agropecuário, que visa principalmente à descentralização econômica da região; e à absorção do fluxo migratório de Goiás, Minas Gerais e Nordeste que se destina ao Distrito Federal.

Por outro lado, a criação de pólos industriais na área do Distrito Federal serviria ainda de chamariz para novos emigrantes ávidos por melhores padrões de vida. Compreendeu-se ainda que o Distrito Federal passou a representar para diversas regiões do país, uma opção válida na procura de atendimento nos setores de saúde e educação, ao tempo em que Brasília emaranhava-se mais e mais, a cada dia, com o excesso de demanda nestes setores.

Após vários meses de estudos, onde foram aproveitadas pesquisas realizadas por professores da Universidade de Brasília, sobre os fluxos migratórios, chegou-se à conclusão de que a solução dos problemas de Brasília estava fora da área do Distrito Federal. Paradoxalmente, criou-se um programa onde a atuação dos projetos se efetivaria fora do DF visando à solução dos seus mais graves problemas. Essa área de atuação deveria corresponder à trajetória dos emigrantes rumo a Brasília, e deveriam ser áreas de influência na economia do Distrito Federal. Assim foram selecionados 20 núcleos habitacionais em Minas e Goiás, unindo-se o útil ao agradável; ao mesmo tempo em que se proporcionaria um incremento na oferta de produtos agropecuários dirigido para o Distrito Federal, abrir-se-ia um mercado capaz de absorver uma mão-de-obra de caráter agrícola, impedindo que o emigrante, sem hábitos urbanos, chegasse ao Distrito Federal, onde seria recebido por uma estrutura hostil, tão severamente retratada em núcleos como a Ceilândia, um amontoado de miseráveis barracos geometricamente organizados, oferecendo um padrão de vida talvez mesmo inferior às mais pobres regiões de caráter agrícola do país.

A Ceilândia tem sido um exemplo vivo da migração desenfreada: os menores abandonados multiplicam-se em curtíssimo espaço de tempo; cresce o marginalismo; escasseiam as condições de atendimento de saúde e de educação, e o tonel de água é vendido a 10 cruzeiros. Some-se a isto o salário médio de 500 cruzeiros pago na construção civil, que somente é conseguido à custa de horas extras; a tarifa do ônibus a Cr\$ 1,40; o aluguel do barraco a Cr\$ 200,00, e, conclusivamente, ao talvez mais alto custo de vida do país, à exceção de Manaus.

RECURSOS

Os problemas do Distrito Federal, no entanto, não serão resolvidos da noite para o dia; nem é tampouco um programa que utilizará apenas 1,6 bilhão de cruzeiros que solucionará, de uma vez por todas, um problema que é o reflexo das condições de vida não de uma região, mas do país como um todo. Contudo, o programa, ao que se espera, amenizará o problema e poderá dar início a um ciclo desenvolvimentista capaz mesmo de oferecer um padrão de vida melhor para o emigrante.

Por outro lado, sustando a chegada de novos emigrantes ao Distrito Federal, dará fôlego aos administradores para a busca das soluções internas. Ao mesmo tempo, o Governo do Distrito Federal estabelecerá convênios com os governos de Minas e Goiás para a construção, e até mesmo manutenção de escolas e hospitais, dos núcleos definidos na área

geoconômica, para que o emigrante, uma vez ali chegando, sinta motivado a fixar-se.

O fator das migrações é encarado como um fator positivo, porque evidencia o desenvolvimento em alguns pólos, a saída de algumas regiões de um Estado de estagnação comuns em outros, de onde partem os que buscam melhores padrões de vida. Durante certo tempo, a migração apresenta-se favorável a ambas as partes. Mas não há um mecanismo que controle de maneira direta estes fluxos, muitas vezes verdadeiros êxodos. Se se pudesse dizer "basta aos emigrantes, não venham mais", o único a perder seria o empresário que não tiraria partido da superabundância de mão-



de-obra que ocasiona conseqüentemente os baixíssimos salários. Mas, o processo das migrações é como uma criança que abre uma torneira para encher o vasilhame, e não sabe como fechá-la. Depois que o vasilhame se enche, a água espalha-se pela casa. Na filosofia da implantação de Brasília, constava a ocupação da região Centro-Oeste e a mudança de rumo dos fluxos migratórios maciçamente destinados ao Sudeste, e em menor escala ao Sul do país. Agora, o programa da área geoeconômica visa a salvaguardar Brasília desse fluxo migratório. É um ciclo repetitivo que somente teria um final, se as regiões crescessem uniformemente, ou seja, quanto menor os desníveis entre as regiões, menor a probabilidade das migrações maciças, atraídas largamente para o DF.

Essa atração coloca dois tipos de problemas: por um lado, altera o perfil da demanda de serviços e de outro, modifica o comportamento da oferta de tais serviços, via investimentos do setor público no espaço urbano, particularmente no tocante aos serviços sociais básicos. Essa modificação na disponibilidade de serviços, aliada à incapacidade regional de reter população, reforça a atratividade exercida pela cidade na região.

A estratégia para a solução do problema do Distrito Federal condiciona a predominância da função político-administrativa para a cidade. Trata-se de retirar de Brasília - prossegue o estudo - o encargo de único pólo urbano da região atribuindo-se as funções dinamizadoras do desenvolvimento à rede urbana de seu espaço geoeconômico. Assim a rede ur-

bana regional daria o suporte necessário a ampliação, diversificação ou complementação das funções até então concentradas em Brasília, devido à criação de oportunidades de emprego, melhor distribuição dos serviços e facilidades urbanas, num maior espaço geoeconômico. A rede urbana assim concebida se constituiria numa alternativa para uma melhor distribuição e fortalecimento da renda regional.

Atualmente Brasília responde praticamente como o único e poderoso pólo de atração, embora Goiânia e Anápolis já venham, paulatinamente, preenchendo algumas funções regionais importantes. A sua função predominantemente político-administrativa desenvolve com prioridade aquelas atividades auxiliares a tal desempenho, uma vez que o setor terciário responde por 76% da absorção da força de trabalho. Sabe-se que por mais que se desenvolva e se amplie a sua função predominante, as atividades secundárias ou complementares não conseguirão absorver satisfatoriamente a demanda de mão de obra, resultante do contínuo fluxo migratório. Por outro lado, por se tratar de um fenômeno nacional, a migração permanecerá como uma constante com poucas possibilidades de ser atenuada, de alterar as suas características de seletividade e de sofrer um desvio para outros pólos.

O Programa visa dotar a região de condições infra-estruturais e de suporte ao setor produtivo, necessárias à abertura de novas frentes de trabalho, e ao atendimento das solicitações básicas da população regional, objetivando que o desenvolvimento regional seja funcionalmente mais equilibrado e restritivo ao aguçamento das relações centro-periferia, devido principalmente ao fortalecimento do poder de dominação espacial de uma única cidade.

Assim, além da função político-administrativa, o propósito é que Brasília desempenhe também funções de centro difusor de inovações técnico-científicas e culturais, bem como forneça forte suporte ao desenvolvimento regional representada pela potencialidade de seu mercado consumidor.

SETORIAIS

Dos objetivos setoriais do programa constam o desenvolvimento agropecuário - ampliação da fronteira agrícola com incorporação de novas áreas ao processo produtivo, situados, principalmente, nas áreas-programa como borda do Paraná e Chapadões do Paracatu; e aumento de produção com modificação da estrutura produtiva, reorientação de vocação e assistência técnica.

Desenvolvimento industrial e agro-industrial - substituição de importação de produtos destinados aos mercados local e regional; transformação de matéria-prima regional, notadamente as produzidas pelo setor agropecuário, com incentivo à implantação de distritos agroindustriais; e exploração das reservas minerais da área.

Desenvolvimento do setor serviços - aumento quantitativo e melhoria qualitativa da oferta de serviços urbanos na área periférica ao Distrito Federal, e através do fortalecimento de centros urbanos selecionados. Abastecimento-incremento da produção regional de hortifrutigranjeiros ampliando sua participação no abastecimento, do Distrito Federal; racionalização do sistema de abastecimento, com hierarquização do sistema regional e redução dos custos operacionais comandada pelas Centrais de Abastecimento de Brasília e Goiânia.

Destacam-se ainda medidas visando a equilibrar o mercado de emprego regional, com a realocação dos excedentes de mão-de-obra e reorientação do fluxo migratório, reforço da integração e

hierarquização dos centros urbanos de influência sub-regional; e interligação de centros urbanos e áreas de produção através de melhoria do sistema regional de transportes e comunicação.

CRITÉRIO

O critério de seleção da área geoeconômica de Brasília obedeceu ao critério de proximidade do DF; acessibilidade física, possibilitada pelas estradas-tronco e de penetração construída ou em implantação pelos governos federais e estaduais; potencialidades de recursos naturais notadamente de solos e minerais; capacidade de absorção de mão de obra, definida segundo a disponibilidade de terra e densidade demográfica; concentração relativa de equipamentos e serviços urbanos básicos; existência de pré-condições favoráveis ao desenvolvimento industrial.

Assim, no Estado de Goiás foram selecionadas as áreas-programas do eixo Ceres-Anápolis; área de influência das BRs 040/050; área de mineração e Borda do Paraná. No Estado de Minas as áreas selecionadas foram os Chapadões do Paracatu.

Situado na faixa de influência das BR-153 (Belém-Brasília) e BR-060 (Brasília-Goiânia) o eixo Ceres-Anápolis constitui uma das áreas prioritárias de atuação da Sudeco, por contar com uma infra-estrutura física reativamente desenvolvida; um mercado consumidor significativo, representado pela concentração demográfica e, principalmente, pela qualidade dos solos, cujo nível atual de exploração, embora elevado, não esgotou inteiramente suas potencialidades capazes de gerar excedentes destinados à exportação ou de favorecer à implantação de complexos agroindustriais.

A área de influência das BRs 040/050, com a implantação da estrada de ferro ligando Araguari a Anápolis e Goiânia, experimentou significativo dinamismo, característico das regiões de fronteira.

Constituída basicamente pelos municípios de Uruaçu, Niquelândia e Barro Alto, a área de mineração se destaca pela existência de minerais não ferrosos. Além das reservas de níquel, cobre e amianto, cubadas e avaliadas economicamente, estão sendo pesquisadas ocorrências de chumbo e zinco.

A Borda do Paraná surge como uma área estrategicamente favorável ao desenvolvimento agropecuário, destacando-se o fato de constituir uma bacia leiteira potencial, para a produção destinada ao consumo de Brasília, face à saturação das principais regiões atualmente produtoras, e principalmente à capacidade de absorver grandes contingentes populacionais.

A seleção dos Chapadões do Paracatu, área que se encontra praticamente integrada ao espaço econômico de Brasília, justifica-se por apresentar relativos vazios demográficos, potencialidades para a pecuária, cultivo de leguminosas, fibras e cereais. O solo, de origem calcária, tem alto nível de fertilidade, possibilitando elevados rendimentos agrícolas.

Possivelmente o Banco Regional de Brasília (BRB) será o agente financiador (investimentos) para o setor agropecuário da área geoeconômica de Brasília. O movimento de crédito agrícola atingirá a casa dos 200 milhões de cruzeiros, com prioridade para grãos e horticultura. O total do investimento do programa é da ordem de 1,6 bilhão de cruzeiros, dos quais 50% a cargo do Governo do Distrito Federal; um pouco mais de 30% a cargo do governo federal e o restante dos governos estaduais de Minas e Goiás.

